



EVOLUÇÃO DE CONDIÇÕES ECONÔMICAS NO MEIO RURAL DA REGIÃO SUL DO BRASIL ENTRE 2000 E 2010: a Influência da Agricultura Familiar

Janete Stoffel¹
Silvio Cesar Arend²
Cidonea Machado Deponti³

RESUMO: Os resultados apresentados nesse artigo foram extraídos da tese da primeira autora, abordando uma das dimensões analisadas no trabalho original. O objetivo desse extrato é analisar como evoluíram variáveis inseridas na dimensão econômica entre 2000 e 2010, utilizando-se dos dados disponibilizados pelos Censos Demográficos desses dois anos. As variáveis econômicas são analisadas e comparadas entre quatro estratos de municípios, constituídos conforme a participação da agricultura familiar no Valor Bruto da Produção Agropecuária de cada município. Constata-se que a maior parte das variáveis apresenta evolução mais favorável nos dois estratos de municípios em que a agricultura familiar tem maior participação e presença. Os resultados contribuem para os argumentos de que é preciso direcionar políticas para os agricultores familiares devido à sua influência no desenvolvimento dos municípios e regiões em que estão inseridos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural. Agricultura Familiar. Dimensão Econômica

Introdução

Na pesquisa apresentada nesse artigo o objetivo consiste em identificar a evolução de variáveis inseridas na dimensão econômica, em municípios da Região Sul, buscando verificar se naqueles em que a agricultura familiar apresenta maior presença é possível observar uma evolução mais favorável. Para essa análise foram utilizadas variáveis disponíveis nos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011) e que ilustrem condições do meio rural na Região Sul⁴, as quais foram comparadas nos dois períodos em questão.

O argumento principal dessa pesquisa consiste na ideia de que a agricultura familiar é importante agente para o desenvolvimento dos espaços em que estiver inserida e na falta

¹ Discente da Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC (Doutorado) e Docente da FAHOR. E-mail: janete.stoffel@gmail.com

² Docente da Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC. Email: silvio@unisc.br

³ Docente da Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC. Email: cidonea@unisc.br

⁴ Esse texto foi elaborado a partir do último capítulo da tese de doutorado de Stoffel (2013). Na totalidade do capítulo a análise considera além da dimensão econômica, também a demográfica, a social e a ambiental.



de políticas eficientes, os mais jovens tendem a evadir do campo ameaçando no longo prazo a existência da categoria. Assim, a pretensão é contribuir na argumentação de que a maior presença da agricultura familiar contribui para o desenvolvimento dos espaços em que isso ocorre, atuando principalmente na formação de capital social, oferecendo condições no meio rural de alcançar desenvolvimento com liberdade, conforme Sen (2000).

A análise das variáveis inseridas na dimensão econômica foi efetuada após a estratificação dos municípios da Região Sul em quatro estratos. Esses estratos foram classificados com base na participação da agricultura familiar no VBP (Valor Bruto da Produção) agropecuária de cada município, detalhes que são pormenorizados na seção sobre estratificação.

2 Agricultura Familiar e Desenvolvimento

A busca pela influência que a agricultura familiar tem no desenvolvimento das regiões em que ela predomina decorre do valor que atribuímos à categoria quando tratamos de desenvolvimento rural. Nesse sentido nos amparamos em Schneider (2004) para quem o papel dos agricultores familiares é relevante no desenvolvimento rural, o qual se constitui a partir de ações articuladas que induzem mudanças socioeconômicas e ambientais, resultando em melhorias na renda, aumento de qualidade de vida e em bem estar para as populações que vivem nos espaços rurais.

A importância da agricultura familiar está amparada em Ploeg (2008) quando esse trata de desenvolvimento rural, mencionando que, além da necessidade de ser melhor interpretado, esse se orienta em práticas que dependam de processos endógenos de mudança provocados pelas comunidades. Mudanças que tornam necessária a diversificação dos processos produtivos, devendo ser utilizada pelos agricultores para garantir espaços no mercado, enfrentando o crescente controle por parte dos grandes impérios alimentares, o que pode ser alcançado a partir do capital social formado por aqueles.

O dinamismo de uma região está relacionado às capacidades que tiverem os agricultores familiares daquela região, seja no sentido de constituir capital social, ou de se instrumentalizar com as capacidades libertadoras do desenvolvimento citadas por Sen (2000). Níveis de desenvolvimento maior, em determinadas regiões, podem estar ligados ao dinamismo da agricultura familiar desde que esta cumpra também seu papel e possa



usufruir de políticas de apoio, exercendo seu papel de agente do desenvolvimento nas diversas dimensões abordadas neste item.

Veiga (2006) e Aguiar (2011) comentam a teoria das liberdades substantivas de Sen (2000), ao afirmarem que, para o desenvolvimento ser alcançado, é necessário que as pessoas tenham a liberdade de escolher o que ser ou fazer na vida. Nesse sentido, é fundamental poder ter uma vida longa e saudável, ter acesso à educação, aos recursos necessários para que a vida seja digna e também se tenha a capacidade de participar da vida em comunidade. Esta liberdade pressupõe a capacidade de que as pessoas possam efetuar as escolhas, usufruindo dos direitos e decisões que afetarão suas vidas. Sobre a capacidade distributiva da agricultura familiar, Veiga (2000) considera o sistema poliprodutivo desta incomparavelmente melhor em termos socioculturais, além de contribuir com vantagens na ótica ambiental. Em sua concepção, “a agricultura familiar é muito mais sustentável, seja em termos de estabilidade, resiliência ou equidade” (p. 26).

Schneider (2004) defende que o desenvolvimento rural constitui-se a partir de ações articuladas que induzam mudanças socioeconômicas e ambientais e que resultam em melhoria de renda, em aumento da qualidade de vida e em bem-estar para as populações que vivem nos espaços rurais. Já Wanderley (2001) relaciona ruralidade e desenvolvimento, sugerindo que ao pensar o local se valorize o urbano e o rural, devendo os dois espaços estarem interligados, mantendo, porém, suas características próprias.

Na expectativa em relação aos resultados das análises para os diferentes estratos, consideram-se os pressupostos apontados por Veiga (1996; 2000; 2001) de que a agricultura familiar é mais inclusiva enquanto a não familiar tem empregado cada vez menos pessoas, de que a primeira tem maior capacidade distributiva, com sistema poliprodutivo melhor em termos socioculturais, sendo “muito mais sustentável, seja em termos de estabilidade, resiliência ou equidade” (VEIGA, 2000, p. 26). O mesmo autor ainda argumenta que na agricultura familiar tende a existir um capital humano e social maior, devido à capacidade distributiva que apresenta.

Outro argumento que consideramos importante é de que o dinamismo de uma região está relacionado com as capacidades que tiverem os agricultores familiares da mesma, seja no sentido de constituir capital social ou de se instrumentalizar com as capacidades libertadoras do desenvolvimento, acesso à saúde, educação, habitação e lazer, citadas por Sen (2000).

Uma síntese preliminar indica que, em não havendo intervenção pública efetiva e eficiente em favor da agricultura familiar, a tendência é de que esse grupo tenha o destino



previsto por Lênin (1982) e Kautsky (1972), segundo os quais os camponeses desapareceriam ou que haveria necessidade de que esses produtores atuassem em escalas mínimas. O nível de equilíbrio atualmente necessário para satisfazer as necessidades exige maior volume de renda o que demanda mais trabalho, na linha do que Chayanov (1981) apontava. Os dados do Censo Demográfico de 2010, comparados com os resultados do referido Censo em 2000, indicam que há um envelhecimento ocorrendo no meio rural da Região Sul o que expõe uma das fragilidades: a falta de mão de obra. E coloca em risco, no longo prazo, a existência da categoria. Ou então no curto prazo contribui para que os produtores mais capitalizados adquiram terras dos menos capitalizados, e elevem suas extensões de terra, adotem tecnologias poupadoras de trabalho demandando menos mão de obra e buscando resultados econômicos na forma de lucros.

Apesar das diferenças constatadas nos municípios que fazem parte dos mesmos estratos, há semelhanças que os tornam integrantes do mesmo grupo e que os aproximam uns dos outros. Neste sentido o foco da análise deste artigo é verificar individualmente cada estrato em relação à evolução das variáveis inseridas na dimensão utilizada para avaliar o nível de desenvolvimento rural em cada uma das regiões. Para alcançar os objetivos propostos considera-se que uma regionalização pode “atender às necessidades impostas por políticas setoriais, práticas de planejamento ou propostas de desenvolvimento regional” (LIMONAD, 2004, p. 58). Uma vez que a pretensão de analisar as condições de cada estrato/região está vinculada ao objetivo de conferir se a maior presença da agricultura familiar pode ser considerada importante no desenvolvimento das regiões/estratos, determinando a necessidade de que a categoria seja especialmente tratada nesses espaços.

3 A Estratificação dos Municípios

A classificação dos municípios da Região Sul em quatro estratos, com o objetivo de identificar aqueles nos quais a agricultura familiar tem maior presença, ocorreu com base na utilização do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária municipal, cuja participação foi calculada a partir dos dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário de 2006 e que dizem respeito aos valores brutos da produção na agricultura familiar e na não familiar para cada município. Para cada município foi calculada a participação percentual da agricultura familiar no VBP agropecuário municipal e assim os municípios foram classificados em quatro



estratos. Os critérios adotados na estratificação dos municípios da Região Sul estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Critérios utilizados para classificar os municípios da Região Sul em estratos

ESTRATO	CARACTERÍSTICAS
Estrato I	Municípios da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) nos quais a agricultura familiar representa menos de 50% do VBP agropecuário municipal.
Estrato II	Composto por aqueles municípios em que a agricultura familiar participa com VBP acima de 50% até 70% do total do VBP da agropecuária municipal.
Estrato III	Municípios nos quais os estabelecimentos da agricultura familiar representam mais de 70% até 85% do VBP total da agropecuária municipal.
Estrato IV	Municípios nos quais os estabelecimentos da agricultura familiar respondem por mais de 85% do valor bruto da produção agropecuária do município.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à estratificação, cabe ressaltar que não é pretensão dessa pesquisa pensar isoladamente as regiões em que há mais agricultura familiar e as outras em que há menos, pois, para pensar o desenvolvimento regional, mesmo com níveis distintos de desenvolvimento, é importante analisar as regiões em toda sua estrutura espacial (DINIZ, 2009), alinhando esses argumentos com os de Aguiar (2011), para quem a valorização do desenvolvimento territorial contribui para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. O que se pretende é apontar para a necessidade de valorização que a agricultura familiar deve ter nas regiões em que ela tem maior presença, pois se há municípios nos quais a categoria tem maior importância e que estejam próximos de outros em que isso não acontece, pode estar aí mais uma oportunidade de mercado consumidor para os produtores familiares.

A partir dos critérios definidos e apresentados no Quadro 1, os 1.159 municípios da Região Sul foram estratificados, constando o tamanho de cada estrato na Tabela 1⁵.

Tabela 1 - Municípios da Região Sul distribuídos por estrato em 2010

Estratos	Números absolutos				Percentuais			
	Total	PR	RS	SC	Total	PR	RS	SC
I	428	221	144	63	36,93	55,39	30,84	21,50
II	242	101	89	52	20,88	25,31	19,06	17,75
III	236	56	97	83	20,36	14,04	20,77	28,33
IV	253	21	137	95	21,83	5,26	29,34	32,42

Fonte: Elaborada pela autora.

⁵ Utilizou-se a base de municípios de 2000, tendo sido efetuada a conversão dos dados daqueles emancipados até 2010. Neste processo foi utilizado o Sistema de Conversão de Dados Municipais de Paiva (2012).



Conforme a estratificação elaborada o Estrato I é o maior em número de municípios, sendo que nos 428 estão incluídos 55,39% do total de municípios do Paraná. Outra peculiaridade do Estrato I é a de que nele estão incluídos os municípios com maior tamanho populacional, tais como as capitais dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul e cidades metropolitanas nas quais tanto a população rural é menor quanto a importância do VBP da agricultura familiar e agropecuário são menores. Sobre a predominância de municípios paranaenses no Estrato com menor participação da agricultura familiar é importante ressaltar que neste Estado as mudanças ocorridas no meio rural nos anos 1970 levaram a uma redução na importância da categoria neste local. No estrato II a maior parte dos municípios também é paranaense (STOFFEL, 2013).

Nos Estratos III e IV declina a presença de municípios paranaenses e se eleva o número daqueles pertencentes à Santa Catarina, sendo que 60,75% dos municípios catarinenses fazem parte desses dois estratos, enquanto 50,11% dos municípios gaúchos estão nesses grupos. Conforme será possível observar na continuidade, principalmente no estrato IV os municípios possuem tamanhos populacionais e extensões territoriais menores.

As quatro regiões constituídas pela estratificação explicada e apresentada no Quadro 1 e Tabela 1 utilizam enquanto princípio o resultado do trabalho humano sobre o ambiente, conforme mencionado por Gomes (1995) e, nesta pesquisa em especial, do trabalho dos agricultores familiares. Vainer (1995) salientava que uma região se constrói a partir dos atores e agentes que ali vivem e atuam e nos quais o tempo e a história contribuem para a sua formação. A estratificação serve como um meio a partir do qual serão possíveis análises e conclusões sobre como evoluem variáveis inseridas nas dimensões que se pretende avaliar, procurando analisar os resultados e concluir se o estrato com maior presença de agricultores familiares apresenta melhores indicadores de desenvolvimento, o que resulta nesse caso da verificação de variáveis inseridas na dimensão econômica.

Conforme apresentado no Quadro 1 a maior parte dos municípios em que a agricultura familiar tem maior participação no VBP agropecuário está localizada nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, inclusive nos Estratos III e IV. No Rio Grande do Sul os municípios nos quais a agricultura familiar tem maior participação no VBP são aqueles que se originaram a partir da imigração de colonos europeus ou de seus descendentes, o que acabou também refletindo em Santa Catarina para onde houve migrações de descendentes desses colonos. Outra semelhança entre os municípios gaúchos e catarinenses é relativa à extensão territorial, observando-se que predominam extensões territoriais menores naqueles municípios com maior presença da agricultura familiar.



Conforme já mencionado, nos Estratos III e IV a maior parte dos municípios apresenta menores áreas territoriais e menores tamanhos populacionais. No Estrato IV, por exemplo, no ano de 2010, o tamanho médio da população total era de 8.969 habitantes e no meio rural esta média era de 3.383 pessoas. Neste estrato, observe-se ainda uma maior amplitude no tamanho populacional dos municípios, sendo que a menor população total, em 2010, era de 1.465 habitantes (Santiago do Sul/SC) enquanto a maior contava com 264.210 habitantes (São José dos Pinhais/PR). Em relação à população rural desses municípios, em 2010 a menor população rural era de 177 pessoas (Pontal do Paraná/PR) e a maior de 33.565 (Canguçu/RS).

Assim, buscando analisar aspectos referentes ao desenvolvimento rural, procurou-se comparar a evolução de variáveis inseridas na dimensão econômica em cada um dos quatro estratos de municípios.

4 Dimensão Econômica

Com o objetivo de comparar de que forma evoluíram entre 2000 e 2010 em cada um dos quatro estratos de municípios, nessa seção são analisadas informações sobre as seguintes variáveis econômicas: a) pessoas com e sem rendimento no meio rural; b) rendimento médio por gênero neste espaço; c) transferências de renda via Bolsa Família; d) disponibilidade de energia elétrica; e) acesso a bens como eletrodomésticos e meios de transporte e serviços de comunicação⁶.

A primeira informação desta dimensão, disponível na Tabela 2, diz respeito ao percentual de pessoas residentes no meio rural maiores de dez anos, com rendimento em cada estrato para os anos de 2000 e 2010.

Tabela 2 - População rural maior de dez anos de idade, com rendimento, por estrato em 2000 e 2010 (em %)

Estrato	2000	2010
I	55,28	62,48
II	57,15	65,96
III	58,25	69,07
IV	57,96	70,64

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

⁶ Em Stoffel (2013) podem ser encontradas outras variáveis da dimensão econômica, bem como análises das dimensões: demográfica, social e ambiental.



Cabe mencionar que o rendimento mensal corresponde “à soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes” (IBGE, 2004, p. 383). Sendo assim, na Tabela 2, pode ser visualizado o percentual da população rural com mais de dez anos que recebe rendimentos seja do trabalho ou de outras fontes, podendo ser estas aposentadorias, pensões, transferências de programas sociais ou rendimentos de aluguéis, juros, dividendos, direitos autorais, parcerias e outros rendimentos mensais não citados.

Os dados disponíveis na Tabela 2 permitem constatar que em todos os Estratos aumentou o número de pessoas com rendimentos. Na análise individual de cada Estrato percebe-se que nos estratos III e IV estão os melhores resultados, pois no ano de 2000 o estrato III apresentava o maior percentual da população rural com rendimento, constando em segunda posição o estrato IV. No ano de 2010, o estrato IV passou a apresentar a maior proporção de população rural com rendimento, chegando a 70% da população do Estrato com algum tipo de rendimento, enquanto o estrato III ocupa a segunda posição nesse ano. Na continuidade busca-se detalhar essas informações apontando para o comportamento do rendimento por gênero, apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 - Homens e mulheres, maiores de 10 anos e residentes no meio rural, com rendimentos por estrato em 2000 e 2010 (%)

Estrato	% de homens com rendimento		% de mulheres com rendimento	
	2000	2010	2000	2010
I	37,97	38,90	17,30	23,58
II	37,80	39,26	19,34	26,70
III	37,75	40,20	20,50	28,87
IV	37,49	40,28	20,47	30,36

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Cabe ressaltar que os percentuais para cada ano dizem respeito à proporção de homens e mulheres que possuem rendimentos em relação à totalidade da população rural. Na comparação entre 2000 e 2010, note-se que nos dois gêneros aumentou o percentual daqueles que tem rendimentos. Entretanto, comparando os dois gêneros, verifica-se que em todos os estratos há mais homens com rendimentos do que mulheres, tanto em 2000 quanto em 2010.

Comparando entre si os estratos, observe-se que em 2000 no I e II o percentual de homens com rendimento era maior, enquanto no III e IV havia mais mulheres com rendimentos. Em 2010, foi possível verificar que cresceu o percentual dos dois grupos,



sendo que nesse ano os Estratos III e IV são aqueles nos quais há mais homens e mulheres com rendimentos.

Buscando complementar as informações já apresentadas nas Tabelas 2 e 3, na sequência estão disponíveis os dados sobre valores do rendimento médio da população com mais de dez anos em cada estrato nos anos de 2000 e 2010⁷.

Tabela 4 - Rendimento médio mensal da população rural com mais de dez anos por estrato em 2000 e 2010 (em R\$)

Estrato	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
I	756,98	881,24	474,17	882,56	1.007,65	671,68
II	747,67	884,56	477,21	879,80	1.006,22	688,03
III	786,51	956,62	473,49	924,19	1.060,41	730,06
IV	765,72	918,07	480,51	867,30	976,37	716,87

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Uma primeira constatação a partir dos dados disponíveis na Tabela 4 é a de que o rendimento tanto de homens quanto de mulheres melhorou entre 2000 e 2010, sendo observáveis ganhos reais. A Tabela 3 apontava que, dentre a população rural, há proporcionalmente mais homens com rendimentos do que mulheres, sendo que aqui, na Tabela 4 é verificável que o valor médio do rendimento também é maior para os homens e isso ocorre em todos os Estratos.

Observando o valor do rendimento médio total de homens e de mulheres verifica-se que nos Estratos II e III ocorreram ganhos aproximados de 17% no valor do rendimento médio, enquanto isso no Estrato I a elevação foi de 16,5% e no IV de 13%. Analisando individualmente os gêneros constata-se que o ganho real no rendimento dos homens foi maior no Estrato I (14,34%) e menor no Estrato IV (6,35%), já no caso das mulheres foi no Estrato IV que o rendimento mais se elevou (49,19%) e no Estrato I foi aquele em que menos aumentou (41,65%).

No caso dos homens, maiores rendimentos estão vinculados ao resultado das atividades agropecuárias ou às transferências previdenciárias, não sendo possível relacionar estes rendimentos com transferências via programas sociais, pois esses repassam os recursos para as mulheres. Já no caso das mulheres, os rendimentos são

⁷ Os valores de 2000 foram corrigidos com a utilização do INPC - IBGE, referente ao período de 31 de julho de 2000 a 31 de julho de 2010. Estas datas foram escolhidas devido a serem períodos de referência dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. A taxa de atualização monetária do período corresponde a 96,32206%.



resultantes tanto das atividades agropecuárias, de recursos previdenciários para aquelas com mais de 55 anos ou então de transferências sociais como do Programa Bolsa Família.

Veiga (2001), Schneider (2004) e Ploeg (2008) defendem que o desenvolvimento rural não é resultado apenas de atividades agrícolas, destacando o papel da pluriatividade e da diversificação. Nesse item é importante ressaltar que nem todas as pessoas que residem no meio rural são ocupadas na agropecuária. Assim, o rendimento médio inclui atividades não agrícolas, no sentido da pluriatividade conforme defendido pelos autores. Sendo que nos Estratos I e II a tendência é de que os rendimentos sejam oriundos de salários por predominar a agricultura patronal no meio rural, já nos Estratos III e IV há rendimentos oriundos de salários obtidos com a pluriatividade, somadas às atividades produtivas e às transferências de rendas.

Especialmente nos Estratos III e IV, no que tange às fontes de rendimento oriundas das atividades agropecuárias, há as alternativas da Lei 11.947/2009 inseridas no Programa de Aquisição de Alimentos e que tratam da aquisição de produtos para a merenda escolar oriundos da agricultura familiar, também conforme a sugestão de Ploeg (2011) indicando a exploração de mercados para produtos regionais, orgânicos e venda de alimentos via cadeias curtas.

Outra fonte de rendimentos que também pode ser observada diz respeito às transferências via programas sociais, tais como o Programa Bolsa Família. Esse programa é constituído por transferência de renda mediante condicionalidades, para integrar e unificar os programas Bolsa Escola, Auxílio Gás, Cartão Alimentação ao Programa Fome Zero, atual Plano Brasil Sem Miséria (MDS, 2012a).

De acordo com o Decreto nº 6.824 (2009), do ano de 2010, eram atendidas pelo Programa Bolsa Família aquelas em situação de pobreza extrema, cuja renda familiar per capita era de até R\$ 69,00 e de pobreza na qual a renda estivesse entre R\$ 69,00 e R\$ 137,00. Nesse mesmo ano o valor mínimo de uma Bolsa Família era R\$ 70,00, sendo que o limite máximo que uma família enquadrada na condição de pobreza extrema poderia auferir era de R\$ 306,00, enquanto uma família em situação de pobreza poderia receber no máximo R\$ 236,00 (MDS, 2012a).

Sobre as transferências repassadas pelo Governo Federal via Programa Bolsa Família, na Tabela 5 são apresentadas informações sobre o número de bolsas concedidas e valores repassados em cada estrato no período de 2004 a 2012, com destaque para as informações do ano de 2010.

**Tabela 5 - Bolsas Família pagas, por estrato, entre os anos de 2004 e 2012**

Estratos	Total de bolsas entre 2004 e 2012	Nº de bolsas em 2010	Valor total dos benefícios entre 2004 e 2012 (R\$)	Valor dos benefícios pagos em 2010 (R\$)	População total 2010	% População com bolsas em 2010
I	4.962.021	607.898	4.365.276.777	624.129.297	14.893.909	4,08
II	1.978.953	239.424	1.736.747.662	248.829.415	6.313.700	3,79
III	1.052.295	124.335	923.300.174	128.684.460	3.910.149	3,18
IV	767.437	92.412	670.995.102	95.151.952	2.269.134	4,07

Fonte: Elaborada pela autora a partir de MDS (2012b).

As informações da Tabela 5 indicam que em se considerando o ano de 2010, nos Estratos I e IV há maiores percentuais da população recebendo recursos do Programa Bolsa Família. Nesses estratos o número de bolsas concedidas em 2010 alcançou 4,1% de toda a população (somados os meios rural e urbano), enquanto nos demais Estratos, o percentual foi um pouco menor. Outra informação que a tabela fornece é de que em média o valor pago para cada bolsa foi de R\$ 86,00 mensais.

Até esta parte da seção sobre a dimensão econômica, o foco esteve relacionado ao rendimento disponível para a população rural, procurando verificar as diversas fontes das quais o rendimento pode ser oriundo, cabendo retomar o que Kageyama e Bergamasco (1989/1990) afirmam quando tratam da racionalidade econômica da produção familiar, apontando que a busca de excedentes de produção é importante para que os produtores possam dar conta de suas demandas. Os resultados permitem apontar que nos estratos em que a agricultura familiar apresenta maior participação há também uma evolução favorável no que tange ao rendimento.

Na continuidade o foco de análise está relacionado à posse de bens e à utilização de serviços compreendidos como importantes no meio rural. Como variável inicial foi verificada a disponibilidade de energia elétrica nos domicílios rurais dos estratos estudados. Neste sentido, procurou-se conhecer como evoluiu essa condição nos anos de 2000 e 2010, estando as informações disponíveis na Tabela 6.

**Tabela 6 - Domicílios rurais com energia elétrica, por estrato, em 2000 e 2010 (em %)**

Estratos	2000	2010
I	90,48	98,33
II	90,64	98,62
III	92,93	98,87
IV	93,58	99,28

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Com base nas informações disponíveis na Tabela 6 pode-se observar que entre 2000 e 2010 melhorou a disponibilidade de energia elétrica nos domicílios rurais de todos os estratos. Na comparação dos estratos entre si constata-se que o IV é aquele no qual maior percentual de domicílios tinha acesso à energia elétrica, tanto em 2000 quanto em 2010. Neste último ano 0,72% dos domicílios desse estrato não contava com esse recurso, percentual que é um pouco maior nos demais estratos. O fato de ter acesso à energia elétrica permite aos domicílios utilizar-se de recursos que melhoram suas condições de vida, desde a iluminação da casa até a possibilidade de aquisição de bens que necessitem de energia. Por outro lado a disponibilidade desse recurso adiciona mais um custo à família, para a qual serão necessários valores monetários para o pagamento.

Em relação ao acesso à energia elétrica, por parte dos domicílios rurais, é importante citar o Programa Luz Para Todos, do Governo Federal, criado em novembro de 2003. Esse Programa teve como objetivo proporcionar o abastecimento da energia elétrica para dois milhões de lares brasileiros (MME, 2012). O acesso à energia elétrica é o primeiro passo para o acesso aos bens e serviços que necessitam desse recurso. Neste sentido, a próxima verificação é sobre a propriedade de eletrodomésticos, informações que estão disponíveis na tabela 7.

Tabela 7 - Domicílios rurais com eletrodomésticos, por estrato, em 2000 e 2010 (em %)

Estrato	2000				2010			
	Rádio	Televisão	Geladeira ou freezer	Máquina de lavar roupa	Rádio	Televisão	Geladeira	Máquina de lavar roupa
I	92,54	81,21	82,46	24,11	91,54	92,44	94,64	40,32
II	92,79	80,33	83,16	24,66	92,34	92,47	94,80	41,75
III	94,46	82,57	87,94	23,95	94,17	93,73	95,73	40,85
IV	94,73	82,88	88,79	20,59	94,68	94,03	96,62	38,31

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).



Dentre os eletrodomésticos listados na Tabela 7, observe-se que praticamente em todos houve elevação no número de domicílios que passou a usufruir dos bens. Com exceção do aparelho de rádio que apresenta redução nos domicílios, no caso da televisão, geladeira/freezer e máquina de lavar roupa, note-se que houve crescimento no número de domicílios que passa a ser proprietário desses bens. Analisando individualmente os Estratos, percebe-se que o IV é aquele no qual o maior percentual de domicílios possui televisão e geladeira, por outro lado é nesse estrato que o menor percentual de domicílios possui máquina de lavar roupa, sendo que este comportamento se mantém para os anos de 2000 e 2010.

A propriedade de bens está inserida na satisfação de necessidades, em que as pessoas efetuam suas escolhas dentre um conjunto de hierarquias e de forma a manter o equilíbrio entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1981). Cada pessoa busca suprir sequencialmente as necessidades fisiológicas, de segurança, amor e integração, estima e autorrealização. O estágio no qual a pessoa se encontra nessa ordem hierárquica contribui para determinar as condições de vida e o nível de satisfação que apresenta (MASLOW, 1970 apud SAMARA; MORSCH, 2005).

Carneiro (1996) afirma que o agricultor familiar merece que a vida no campo não seja considerada atrasada e desconfortável, mas que lhe permita obter condições de vida desejáveis, com liberdade de acesso a bens e serviços. Pois, se aqueles que vivem no campo forem considerados atrasados é natural que tendam a preferir a saída desse espaço, dirigindo-se para aqueles locais em que o 'avanço' já tenha chegado. Assim, uma maior disponibilidade de bens nos domicílios rurais contribui para que as pessoas se sintam mais satisfeitas com maiores chances, principalmente dos mais jovens, de permanecer no campo.

Autores como Sposito (2006) argumentam que diante das novas tecnologias de comunicação desenvolvidas no século XX, as distâncias se encurtam e recursos como telefone, televisão, internet e outros meios de comunicação possibilitam a integração espacial, mesmo que não exista contiguidade ou proximidade territorial. O maior ou menor potencial de integração espacial depende das condições que cada ator tem de participar das redes e usufruir dos contatos que os meios de comunicação permitem estabelecer. Nessa linha de argumentação, Carneiro (1997) já apontava para a importância dos meios de comunicação no estreitamento dos laços entre o campo e a cidade. Neste ínterim, procurou-se averiguar como é o acesso dos domicílios rurais aos serviços de comunicação, tais como linha telefônica e serviços de internet, cujas informações são apresentadas na Tabela 8.



Tabela 8 - Domicílios com acesso à linha telefônica e internet, por estrato, em 2000 e 2010 (em %)

Estrato	Linha telefônica instalada em 2000	Telefone fixo em 2010	Telefone celular em 2010	Microcomputador - com acesso à internet em 2010
I	10,52	11,23	82,99	8,59
II	13,32	15,02	78,57	9,52
III	14,87	18,60	77,68	10,90
IV	11,91	17,69	78,29	8,28

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Observando o acesso de todos os estratos à linha telefônica instalada em 2000 e ao telefone fixo em 2010, note-se que o maior crescimento no acesso deste recurso aconteceu no Estrato IV, aumentando em 48,50% o número de domicílios que passaram a dispor desse bem. No Estrato III essa proporção aumentou em 25,47% enquanto nos estratos II e I a elevação foi de 12,78% e 6,75%, respectivamente.

Uma informação interessante é o elevado percentual de domicílios que passam a ter acesso ao telefone celular, recurso que, em 2000, nem mesmo era citado no Censo Demográfico e, neste caso, está no Estrato I o maior percentual de domicílios com posse deste recurso. Usufruir do serviço de telefonia móvel no meio rural contribui para facilitar o acesso e a comunicação entre familiares, com prestadores de serviços ou consumidores e, nesse sentido, o acesso a este recurso auxilia para a melhoria nas condições de vida da população que deles usufrui. Por outro lado, a posse destes bens (celulares) e dos serviços (linha telefônica) passa a exigir renda disponível para efetuar a aquisição do bem e o pagamento pelo serviço.

Outro recurso que passou a ser utilizado pelos domicílios no meio rural é a comunicação via internet, sendo possível observar que em 2010 no Estrato III 10,90% dos domicílios já tinha acesso à internet, enquanto nos demais este percentual era menor, devendo ressaltar que o Estrato IV é aquele em que está o menor percentual de domicílios com acesso a este recurso. Como no Censo Demográfico de 2000 esta informação não foi apurada, buscou-se uma análise comparativa com os dados do Censo Agropecuário de 2006 no qual está disponível a informação sobre o número de estabelecimentos que naquele ano tinha acesso à internet.

Tendo em vista as limitações da comparação, visto que o Censo Demográfico considera domicílios e o Censo Agropecuário, estabelecimentos, nesse último os percentuais de estabelecimentos com acesso à internet no ano de 2006 correspondiam,



respectivamente, a 4,52% no Estrato I; 3,35% no Estrato II; 3,39% no Estrato III e 1,99% no Estrato IV. Assim, com base nessa comparação são identificadas melhorias nos domicílios rurais da Região Sul no que tange ao acesso à internet entre 2006 e 2010.

Disponer de maior acesso aos meios de comunicação permite usufruir de melhores condições de vida, mas para que isso efetivamente ocorra são necessários recursos monetários para a aquisição de computador, modem de acesso, linha telefônica e disponibilidade do serviço de acesso à internet para a linha telefônica, além dos recursos mensais necessários para pagamento do serviço. Seguindo a linha de raciocínio defendida por Favareto (2006) é fundamental que os bens e serviços de quem vive no campo sejam semelhantes aos de quem vive na cidade, pois assim também haverá estímulos para a permanência no meio rural, principalmente dos jovens. Aspecto com o qual Wedig e Menasche (2009) concordam quando apontam o consumo como símbolo de significação social e comunicador de condições, pois à medida que os jovens rurais consomem produtos idênticos aos da cidade eles se assemelham e evitam preconceitos e discriminações.

Outro recurso importante para a população rural diz respeito às condições de locomoção e deslocamento, seja para lazer, trabalho ou acesso ao mercado (consumidor e ofertante). Buscando analisar essas condições, na Tabela 9 está informado o número de domicílios nos quais as pessoas são proprietárias de automóveis e de motocicletas nos anos de 2000 e 2010.

Tabela 9 - Domicílios proprietários de automóvel e/ou motocicleta por estrato em 2000 e 2010 (em %)

Estrato	Automóvel para uso particular em 2000	Automóvel para uso particular em 2010	Motocicleta para uso particular em 2010
I	38,71	54,13	28,09
II	40,15	54,76	32,04
III	43,53	58,94	35,27
IV	40,60	55,96	35,77

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Conforme dados dos Censos, já no ano de 2000 no mínimo 38% dos domicílios rurais da Região Sul tinha ao menos um automóvel para uso particular e como meio de transporte, sendo que estes percentuais aumentaram de forma relevante em 2010. Analisando individualmente os estratos, percebe-se que no ano 2000 o Estrato III era aquele em que o maior percentual de domicílios possuía ao menos um automóvel, seguido pelo Estrato IV. No ano de 2010 em todos os estratos aumentou o número de domicílios com



automóveis, sendo que o Estrato III permaneceu sendo aquele em que o maior número de domicílios possui esse bem, equivalente a 58,94% dos domicílios e o segundo maior percentual continua sendo do Estrato IV, no qual 55,96% dos domicílios possuía um automóvel. Em relação à variação no percentual de domicílios proprietários de automóvel, constata-se que o maior crescimento aconteceu no Estrato I, com um aumento em 39,83% no percentual de domicílios proprietários desse bem, enquanto o segundo maior crescimento é observado no Estrato IV, no qual o aumento foi de 37,82%.

Em relação à posse de motocicleta esta informação não está disponível no Censo Demográfico de 2000, mas em 2010 nos Estratos III e IV aproximadamente 35% dos domicílios usufruía desse bem, sendo menores os percentuais nos outros dois estratos.

Na linha do que Abramovay (1999) argumenta, as pessoas inseridas no meio rural precisam interagir com o meio urbano do seu entorno e para isso é necessário que existam condições de acesso, as quais melhoram quando a população rural tem disponibilidade maior de recursos de comunicação e de transporte, o que tende a melhorar as condições de acesso ao mercado (ofertante e demandante), ressaltem-se os benefícios do contato direto entre produtores e consumidores, conforme Sabourin (2011).

O aumento no número de motocicletas pode ser um indicativo de que as pessoas estão utilizando essas como meio de transporte para as atividades pluriativas (SCHNEIDER, 2009), de que está melhorando o acesso às opções de lazer em locais distintos daquele em que vivem, pois conforme comentado no capítulo quatro as opções de lazer no meio rural são restritas e neste sentido os jovens podem buscar alternativas em outros espaços. Mas ainda há possibilidades de que exista o crescimento do acesso a esse meio de transporte devido à maior dificuldade de adquirir automóveis tendo em vista os diferenciais nos valores dos dois.

Nesse íterim, conforme já mencionado sobre o acesso aos serviços de energia elétrica e meios de comunicação, também no acesso aos meios de transporte é necessária a disponibilidade de renda. No caso dos meios de transporte, automóvel e motocicleta, além dos recursos para a aquisição do bem, também são necessários recursos para efetuar pagamentos anuais como o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), seguro obrigatório e licenciamento e recursos mensais para combustível e manutenção. Assim, para usufruir desses recursos as famílias rurais precisam de maior disponibilidade de renda, o que por sua vez demanda maior quantidade de trabalho, resultando numa relação maior de equilíbrio entre trabalho e consumo, conforme Chayanov (1981) defendia. Neste



contexto, é necessário aumentar a quantidade do trabalho ou buscar outras fontes de recursos (ABRAMOVAY, 2007; WOORTMANN, 2001; WANDERLEY, 2009).

Na dimensão econômica é importante ter em conta a afirmação de Sen (2000, p. 28) sobre renda e riqueza mencionando que “geralmente temos excelentes razões para desejar mais renda ou riqueza. Isso acontece porque são meios admiráveis para termos mais liberdade para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar”. O desenvolvimento que defendemos está relacionado com a melhora da vida e da liberdade desfrutada e para ter acesso a estes recursos são necessárias renda e riqueza. Nas palavras de Mello et al. (2003, p. 4), mesmo que o nível de renda “seja apenas um dos critérios para uma estratificação social das propriedades, ele se mostra adequado para compreender a dinâmica de funcionamento, as potencialidades e os limites de cada segmento de propriedades”, ou seja, para a discussão presente nesta pesquisa podemos afirmar que o nível de renda de cada estrato pode indicar as condições de desenvolvimento que existem em cada um. E no caso da dimensão econômica a renda está relacionada com o rendimento mensal apontado na Tabela 4.

Sobre as características do Estrato IV comparadas as dos demais estratos, na dimensão econômica, pode-se constatar que em vários indicadores esse é o estrato em que as variáveis econômicas evoluem de forma mais favorável, tais como nos maiores percentuais da população rural com rendimento em 2010, de mulheres com rendimento, de domicílios rurais com acesso à energia elétrica, televisão, geladeira, e no acesso a automóveis e motocicletas. Apesar de resultados não serem os melhores em variáveis como no valor do rendimento médio mensal e no acesso a serviços de comunicação (telefonia e internet) pode-se constatar que na dimensão econômica o Estrato IV apresenta melhores condições se comparado aos demais estratos, pois na maior parte das variáveis analisadas quando não apresenta os maiores percentuais, ocupa a segunda posição.

5 Considerações finais

Nesse texto buscou-se observar e analisar como evoluíram variáveis inseridas na dimensão econômica, comparando os municípios da Região Sul, estratificados a partir da presença da agricultura familiar. Procurou-se conhecer as condições especialmente naqueles municípios com maior participação da categoria no meio rural. O foco principal está relacionado à identificação das influências que a maior presença de agricultores



familiares tem no desenvolvimento dos espaços rurais, nesse caso utilizando-se de variáveis econômicas.

Sobre as variáveis inseridas na dimensão econômica, constatou-se que nos Estratos III e IV há o maior percentual de pessoas com acesso a algum tipo de rendimento, correspondendo a três quartos do total da população no ano de 2010. Quanto ao valor médio do rendimento mensal, observe-se que no Estrato IV ocorre o menor crescimento percentual no rendimento médio, com peso expressivo da baixa taxa de crescimento no rendimento médio dos homens.

Em relação à disponibilidade de energia elétrica nos domicílios rurais, constatou-se que o Estrato IV foi aquele em que tanto no ano de 2000 quanto em 2010 havia o maior percentual com acesso ao recurso, assim como nesse estrato observou-se um aumento no número de domicílios proprietários de Televisão, geladeira e máquina de lavar roupa. Quanto aos meios de comunicação, no Estrato IV note-se que o acesso à telefonia fixa aumentou em 48,53% dos domicílios. Já na telefonia móvel 78,29% dos domicílios do Estrato IV tinham telefone celular em 2010, e mesmo esta sendo a terceira proporção em ordem de tamanho, para o estrato é representativo. Também no acesso à internet, 8,28% dos domicílios já tem acesso, apesar de ser a menor proporção dentre todos os estratos.

No que tange aos meios de transporte, os estratos III e IV contam com o maior percentual de domicílios com acesso ao recurso, chegando a aproximadamente 56% dos domicílios do Estrato IV que tem automóveis. No caso de motocicletas, nos Estratos III e IV, aproximadamente, 35% dos domicílios são proprietários desse meio de transporte.

Considerando que as condições de acesso a bens e serviços no Estrato IV são relativamente boas, mas que o rendimento médio mensal é dos menores, no caso dos homens extraímos que a opção de evasão dos mais jovens está relacionada à insatisfação de suas necessidades e a uma busca por padrões urbanos. Esses padrões são de morada, estudo, trabalho e vida e que no meio rural especialmente na agricultura familiar nem todos conseguem alcançar. Desta forma, a partir da análise das variáveis inseridas na dimensão econômica e avaliando o papel que a maior presença da agricultura tem entre os estratos, pode-se constatar que em diversas variáveis o Estrato IV, no qual há maior participação de agricultores familiares, é local em que as condições ou são as melhores ou estão entre as melhores.

Ao finalizar esse artigo retomamos os argumentos segundo os quais a agricultura familiar possui papel importante no desenvolvimento dos locais em que está inserida. Se em países desenvolvidos ela é priorizada nas políticas públicas não devemos nós desconsiderar



o papel que a mesma desempenha, seja pela capacidade de ocupação de pessoas, pela liberdade que permite aos seus integrantes uma vez que esses são proprietários de seus meios de produção, pelo papel que exerce na segurança alimentar. Motivos pelos quais se trata de uma categoria que, a nosso ver, precisa ser mais valorizada pelas políticas públicas brasileiras. Entretanto, são necessárias políticas mais efetivas que possam contribuir para que os agricultores familiares consigam obter níveis de renda suficientes para dar conta das necessidades de consumo, as quais mudaram e certamente permanecerão mudando, acompanhando o dinamismo econômico e cultural que também alcança o meio rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 28, n. 1, 2, 3 e 29, n. 1 – jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

AGUIAR, Marcos Daniel Schmidt de. **Condições de vida, políticas públicas e efeitos no desenvolvimento regional**: uma análise do programa RS Rural no contexto das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, tese de doutorado em Desenvolvimento Rural, 2011.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade no Campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 32, ano 11, 1996.

_____. Política Pública e Agricultura Familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 8, abril 1997: 70-82.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In.: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (orgs). **A questão Agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133 a 163.

DECRETO Nº 6.824. **Atualização de valores referenciais para caracterização das situações de pobreza e extrema pobreza no âmbito do Programa Bolsa Família**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 6.824, de 16 de abril de 2009.

DINIZ, Clélio C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**. Belo Horizonte: 19 (2). p. 227-248, maio-agosto de 2009.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão** – do agrário ao territorial. São Paulo: USP. Tese de Doutorado em Ciência Ambiental. 2006.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In.: CASTRO, Iná Elias et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores de desenvolvimento sustentável – Brasil 2004. **Glossário.** Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/indicadores_desenvolvimento_sustentavel/glossario.pdf> Acesso em: dez. 2012.

_____. **Censos Demográficos.** Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: jul. 2011.

KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sonia M. **A estrutura da produção no campo em 1980.** São Paulo: Perspectivas, 12/13: 55-72, 1989/1990.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária.** Porto: Portucalense, 1972.

LÊNIN, V. L. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMONAD, Ester. Brasil século XXI, Regionalizar para que? Para quem? In. LIMONAD, E.; HAESBART, R.; MOREIRA, R. (orgs). **Brasil, Século XXI por uma nova regionalização:** agentes, processos, escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família e valor dos benefícios.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>> Acesso em: dez. 2012a.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. **Relatório de Informações Sociais.** Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>. Acesso em: set. 2012b.

MELLO, Márcio Antonio et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agriculturas.** São Paulo (SP), 50 (1): 11-24, 2003.

MME. Ministério de Minas e Energia. **Programa Luz para Todos.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/programa-luz-para-todos>>. Acesso em: dez. 2012.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. **RS em Mapas e Dados:** Sistema de conversão municipal. Disponível em: <www.territoriopaiva.com>. Acesso em: mai. 2012.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias,** Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, p. 114-140.

SABOURIN, Eric. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias,** Porto Alegre, ano 13, n.27, mai./ago.2011, p. 24-51.

SAMARA, Beatriz Santos; MORSCH, Marco Aurélio. **Comportamento do consumidor:** conceitos e casos. São Paulo: Prentice Hall, 2005.



SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan/jun. 2004, p. 88-125.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SPOSITO, Maria E.B.; A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M.(Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

STOFFEL, Janete. Desenvolvimento Rural na Região Sul do Brasil: A influência da agricultura familiar. Tese submetida ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2013.

VAINER, Carlos B. A configuração de novos espaços regionais e a emergência de novos atores políticos. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (16) 2: 455-471, 1995.

VEIGA, José Eli da. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 13, n.3, p. 383-404, 1996.

_____. Diretrizes para uma nova política agrária. In.: Ministério do Desenvolvimento Agrário/NEAD. **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2000.

_____. O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Série Textos para Discussão nº 1**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA – CNDRS/NEAD). Agosto de 2001.

_____. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 83-94, jul./set. 2006.

WANDERLEY, M. de N. B. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Brasília, NEAD/MAD, 2001. Disponível em: <www.nead.com.br>. Acesso em: set. 2011.

_____. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEDIG, Josiane Carine; MENASCHE, Renata. Entre o campo e a cidade: o lugar do consumo na mobilidade material e simbólica de jovens rurais. In: PINTO, Michele de Lavra; PACHECO, Janie K.(orgs.) **Juventude, consumo e educação 2**. Porto Alegre: ESPM, 2009.

WOORTMANN, Klaas. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins**. Brasília: UNB/ Departamento de Antropologia/Instituto de Ciências Sociais. Série Antropologia. N. 293. 2001